

RELATO FINANCEIRO

2023

Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia

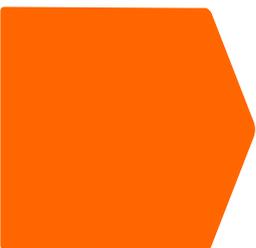


ÍNDICE

RELATO FINANCEIRO

Relatório de Gestão	3
Introdução	4
Conjuntura Económica e Financeira	6
Investimentos.....	10
Cobertura das Responsabilidades	22
Demonstrações Financeiras	22
Demonstração da Posição Financeira	23
Demonstração de Resultados.....	23
Demonstração de Fluxos de Caixa	24
Notas às Demonstrações Financeiras.....	25

RELATÓRIO DE GESTÃO





INTRODUÇÃO

RELATO FINANCEIRO

ENQUADRAMENTO

- O Artigo 152.º da Lei n.º 27/2020, de 23 de julho, determina que anualmente deve ser elaborado um relatório e contas para cada Fundo de Pensões, reportado a 31 de dezembro de cada exercício, o qual deve refletir de forma verdadeira e apropriada o ativo, as responsabilidades e a situação financeira do Fundo.
- A Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho, na perspetiva do funcionamento eficiente do mercado de fundos de pensões, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões define um regime global relativo ao relato financeiro aplicável aos fundos de pensões.

Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia

- O Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia financia um plano de pensões de benefício definido, cofinancia outro plano de pensões de benefício definido e financia diversos planos de contribuição definida.
- Em abril de 2023 foi alterado o Regulamento de Gestão do Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia, destacando-se a alteração da política de investimentos e a introdução de um limite máximo da comissão do Banco Depositário.
- Em 31 de dezembro de 2023, o valor total da carteira do Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia ascendia a 76 959 499 euros.



INTRODUÇÃO

RELATO FINANCEIRO

Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia

No decorrer do ano foram registados os seguintes movimentos:

	(valores em euro)
Valor do fundo em 31-12-2022	70 706 367
Contribuições	10 744 913
Benefícios Pagos	(5 568 520)
Transferências	-
Prémios de Seguros	-
Rendimento Líquido	1 076 738
Valor do fundo em 31-12-2023	76 959 499

CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

EUA

A economia norte-americana revelou uma enorme robustez em 2023: apesar do ritmo acentuado de subidas de taxas de juro por parte da Reserva Federal (num total de 525 p.b. desde fevereiro 2022, e atualmente no intervalo 5,25%-5,50%), o PIB terá aumentado em torno dos 2,0% no conjunto do ano, uma ligeira aceleração face aos 1,9% de 2022. Apesar de, nos primeiros três trimestres do ano, não terem sido ainda visíveis os impactos da política monetária restritiva, um facto explicado pelo dinamismo do consumo privado (suportado pelas poupanças e beneficiando de um mercado de trabalho bastante robusto), os últimos meses de 2023 apontavam já para um abrandamento da economia, um arrefecimento que se pode alastrar para a primeira metade de 2024. Esta postura mais restritiva da política monetária permitiu encaminhar a taxa de inflação para níveis mais próximos do objetivo de 2% (acima dos 3,0% no final de 2023), ainda que esta desaceleração deva acontecer de forma gradual e progressiva, destacando-se o comportamento mais rígido da componente subjacente (que, em dezembro, ainda se encontrava perto dos 4,0%).

A redução das pressões inflacionistas nos EUA, visível em vários indicadores (como os inquéritos às empresas) e juntamente com a expectativa de que a orientação restritiva da política monetária deverá intensificar os seus efeitos sobre a atividade e o mercado de trabalho nos próximos trimestres, contribuirá para colocar a taxa de inflação nos 2% de forma sustentada em algum momento de 2024 e, embora o processo não seja isento de alguns riscos, incentivará a Fed a normalizar a política monetária em meados do ano. Ainda assim, os efeitos desfasados da política monetária restritiva sentir-se-ão ainda em 2024, contribuindo para uma desaceleração acentuada da economia, para 0,8%. Com a desaceleração da economia e o controlo da inflação, a Fed deverá reduzir as taxas, com os membros do FOMC a apontarem para uma descida de 75 p.b. em 2024, colocando o intervalo de taxas oficiais em 4,50%-4,75% no final do ano.

CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

Zona Euro

A performance na área do euro contrabalança com o dinamismo da economia norte-americana. De facto, o aumento do custo de vida (com a inflação claramente acima dos 2%), a fraca procura externa e as condições financeiras restritivas, a par de problemas de índole doméstica (por exemplo, no caso da Alemanha, salienta-se a elevada intensidade energética da sua indústria e a necessidade de adaptação a um novo contexto de guerra na Ucrânia, ou a concorrência do sector automóvel chinês), contribuíram para um débil crescimento da economia da Zona Euro (PIB deverá aumentar em torno de 0,5% em 2023). Perante este contexto de abrandamento económico, a inflação reduziu ao longo do ano, mas terminou 2023 ainda acima do objetivo dos 2% (a global fixou-se perto dos 3%). Perante este comportamento, e depois de ter aumentado as taxas de juro de política monetária em 450 p.b. desde julho 2022, o BCE atingiu o pico do ciclo de subidas (depo em 4,0% e refi em 4,50%) na segunda metade do ano, reiterando a visão de uma política monetária restritiva durante um “período suficientemente longo” e a adoção de outras medidas de política monetária (como o fim dos reinvestimentos do PEPP, anunciado até final de 2024).

As perspetivas de crescimento para a Zona Euro são bastante fracas (quase não crescerá até ao segundo trimestre de 2024) e os riscos estão claramente concentrados no lado negativo. O sector industrial continuará a ser particularmente afetado pela necessidade de reorientar os processos produtivos num contexto de transição climática e procura por novas fontes energéticas, o que afeta particularmente as indústrias de elevada intensidade energética (no caso da Alemanha, este setor regista ainda uma produção 17% inferior à de antes da guerra na Ucrânia); e a forte subida das taxas de juro implementada pelo BCE nos últimos meses ainda não se repercutiu na atividade. Por conseguinte, esperamos que a economia da Zona Euro acelere apenas ligeiramente, mantendo-se um crescimento muito residual (de cerca de 0,7% em 2024), refletindo ainda o impacto das condições financeiras restritivas e o nível de crescimento de preços (ainda acima dos 2%). As perspetivas de crescimento continuam rodeadas de riscos predominantemente negativos (maior impacto do endurecimento da política monetária, arrefecimento da economia mundial, esgotamento do impulso do sector dos serviços no pós-pandemia, alterações produtivas por via da necessidade de prosseguir com a transição climática, questões de geopolítica), com o principal fator de influência positivo a ser a implementação do programa NGEU.



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

Portugal

A economia portuguesa acabou por surpreender em 2023, ainda que a trajetória tenha sido de mais para menos. O crescimento da atividade no 1T 2023 foi robusto (o PIB cresceu 1,5% em cadeia) e a força deste dado afetou “mecanicamente” o resto do ano. Um mercado de trabalho forte (com o emprego a crescer ainda em torno dos 2%), aliado a uma recuperação parcial dos rendimentos reais das famílias, juntamente com uma vertente externa dinâmica (o setor do turismo registou níveis recorde) terão permitido este ano um crescimento acima de 2%. Contudo, não esqueçamos que por detrás deste número está uma tendência decrescente, atestada pelos registos modestos nos mais recentes indicadores disponíveis. Por exemplo, o PIB no 3T contraiu face ao 2T, colocando o crescimento médio trimestral até setembro em 0,5%. O efeito da política monetária, o arrefecimento do sector dos serviços no pós-verão e os efeitos de base contribuíram para colocar a taxa de inflação abaixo dos 2% no final do ano, ainda que o processo de desaceleração da componente subjacente seja mais demorado. A balança corrente terá registado um excedente, beneficiando da melhoria do défice da balança energética e do excedente da balança de serviços (turísticos e não turísticos). Por sua vez, as contas públicas deverão registar mais uma surpresa positiva: o saldo orçamental deverá terminar o ano em terreno positivo e próximo de 1% do PIB, um desempenho suportado pelo crescimento expressivo da receita fiscal e contributiva. Estes resultados, a par da trajetória de redução do rácio de dívida pública (que deverá ter caído em torno de 10 p.p. para níveis próximos de 100% do PIB), contribuíram para a melhoria do rating da República, atualmente classificado como “A3”/“A-” por parte das principais agências de rating, e da redução do prémio de risco para níveis em torno dos 60 p.b..

2024 trará uma desaceleração da economia portuguesa, com a primeira metade do ano a ser particularmente penalizada com o pleno impacto dos elevados custos de financiamento (ainda que em trajetória decrescente); o seu alívio só se fará sentir no segundo semestre. Neste contexto, a par de um cenário de praticamente estabilização do emprego, o consumo privado irá reduzir o seu contributo para o crescimento da economia. Tal como Portugal, também as outras economias da Zona Euro, entre as quais se encontram os principais parceiros comerciais de Portugal, irão sofrer o impacto das (ainda) elevadas taxas de juro, o que se traduzirá num crescimento mais moderado das exportações portuguesas. Em sentido positivo deverá comportar-se o investimento, onde é esperada uma aceleração com a receção dos fundos europeus (ainda que atenuado pelos custos de financiamento, que permanecerão elevados). Os efeitos do abrandamento da atividade económica deverão fazer-se sentir no mercado de trabalho (com o impacto a ser atenuado pela escassez de mão-de-obra em determinados sectores de atividade) e nas contas públicas, onde o saldo orçamental deverá continuar ligeiramente excedentário; por sua vez, o rácio de dívida pública deverá prosseguir

a sua trajetória descendente para níveis mais próximos dos 90% do PIB, o que não acontecia desde 2010. Os riscos estão enviesados em sentido negativo, destacando-se os relacionados com as questões geopolíticas (com impacto nos preços das commodities e, conseqüentemente, na evolução da taxa de inflação e na própria política monetária na área do euro), a performance económica nos principais parceiros comerciais, a fraca implementação dos fundos europeus e a incerteza política decorrente das eleições antecipadas de março.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

De acordo com a política de investimentos estabelecida no Regulamento de Gestão do Fundo de Pensões, as grandes linhas quanto às aplicações financeiras são as seguintes:

Classe de Ativos	Limite Mínimo	Limite Máximo
Ações	0.0%	20.0%
Obrigações	50.0%	100.0%
Alternativos	0.0%	20.0%
Liquidez	0.0%	50.0%

A política de investimentos cumpre com os requisitos do artigo 4.º da Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de junho.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Investimento Responsável e Sustentável

A BPI Vida e Pensões adota uma política de investimento responsável, garantindo assim, que toma em consideração os possíveis riscos e impactos Ambientais, Sociais e de Governo das Sociedades (ASG) no seu processo de investimento e que contribui para a sustentabilidade do mercado no longo prazo sem alterar o objetivo do Fundo de Pensões.

Para integrar estes princípios na prossecução de um objetivo global, a BPI Vida e Pensões tornou-se signatária dos Princípios de Investimento Responsável das Nações Unidas (UN PRI), fazendo parte de um conjunto de investidores globais que têm um compromisso público de curto prazo de implementar e promover práticas de investimento responsáveis (<https://www.unpri.org/about>).

De uma forma geral, a BPI Vida e Pensões manifesta-se contra o investimento em empresas ou Estados que levem a cabo práticas condenáveis ou que violem tratados internacionais, como o Pacto Global das Nações Unidas, do qual é signatária.

A Companhia possui uma Política de Relação com o Setor da Defesa, na qual define restrições ao investimento em empresas ligadas à produção de material de defesa, e uma Política de Gestão de Risco Ambiental, que define exclusões setoriais aplicadas aos investimentos realizados diretamente pela Companhia com o objetivo de reduzir a sua exposição aos riscos ambientais e, em particular, aos riscos físicos e de transição.

Na eventualidade de uma entidade não cumprir os requisitos de seleção adotados pela Companhia, a BPI Vida e Pensões adotará uma estratégia que procure que a empresa proceda ao cumprimento dos requisitos violados com a maior brevidade possível, de uma forma compatível com a perspetiva económica de uma gestão razoável e sustentável. A estratégia poderá passar pelo envolvimento com a entidade, por medidas de mitigação dos riscos de sustentabilidade ou mesmo pelo desinvestimento parcial ou total.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

A Companhia considera importante o diálogo com as sociedades participadas, pelo que, sempre que se justifique, estabelecerá contacto direto com as mesmas, nomeadamente para transmitir sugestões que se afigurem relevantes sobre qualquer matéria de especial importância ou que reflita especial preocupação. A Companhia poderá também promover o diálogo ativo com as entidades e os gestores de ativos, quer diretamente, quer participando em ações coletivas destinadas a adotar as medidas necessárias à modificação de práticas ou atividades controversas, podendo eventualmente desinvestir em caso de incompatibilidade das atividades exercidas pela entidade.

Com o objetivo de ser um agente ativo na gestão dos seus investimentos e exercer os direitos que daí decorrem, especialmente nos âmbitos definidos pelos UNPRI, a BPI Vida e Pensões:

- Participa direta ou indiretamente em fóruns e grupos de trabalho que visam promover o diálogo com os gestores de ativos e as empresas em que investe, podendo desinvestir em caso de incompatibilidade com os aspetos anteriormente expressos ou com as suas políticas.
- Quando aplicável, e respeitando o disposto na Política de Direito de Voto, exerce os direitos de voto e participa nas assembleias gerais respeitando os objetivos e políticas de investimento e promovendo a valorização sustentável da empresa em que participa.

A BPI Vida e Pensões publica no seu site (www.bpividaepensoes.pt) as suas Políticas que, em conjunto, oferecem o enquadramento do modelo de investimento socialmente responsável da Companhia.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Durante o ano de 2023 as aplicações do Fundo de Pensões sofreram alterações, cumprindo em linha a política de investimento definida, como se pode confirmar no gráfico seguinte:



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Cumprimento das Regras Prudenciais

O Fundo de Pensões deverá cumprir com os limites de diversificação e dispersão prudenciais das aplicações de investimentos do Fundo de Pensões constantes no artigo 12.º da Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de junho.

O património do fundo de pensões deverá observar os seguintes limites:

Requisito	Controlo
1. Investimento em valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação num mercado regulamentado não pode representar mais do que 15%	Cumpre
2. Investimento em unidades de participação de organismos de investimento coletivo não harmonizados não pode representar mais do que 10%	Cumpre
3. Investimento em ativos expressos em moedas distintas daquela em que estão definidas as responsabilidades do fundo de pensões não pode representar mais do que 30%	Cumpre
4. Valor de mercado dos ativos cedidos em operações de empréstimo não pode exceder os 40%	Cumpre
5. Investimento numa mesma sociedade não pode representar mais do que 10%, este limite é de 5%, caso se tratem de investimentos em associados do fundo de pensões ou em sociedades em relação de domínio ou de grupo com esses associados	Cumpre
6. Investimento relativamente a sociedades em relação de domínio ou de grupo entre si ou com a entidade gestora (títulos emitidos, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito) não pode representar mais do que 20%, sendo o limite de 10%, caso se tratem de investimentos efetuados no conjunto dos associados do Fundo de Pensões e das sociedades que se encontrem em relação de domínio ou grupo com esses associados	Cumpre
7. Investimento em unidades de participação de um único organismo de investimento coletivo não harmonizado não pode representar mais do que 2%	Cumpre
8. Caso os organismos de investimento coletivo não harmonizado invistam em outros organismos de investimento coletivo não harmonizado, é considerado o investimento em unidades de participação de cada um destes outros organismos, o qual não pode representar mais do que 2%	Cumpre

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Comparação dos Limites de Exposição

No quadro seguinte procedeu-se à comparação dos limites de exposição previstas na política de investimento do Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia com a alocação a 31.12.2023:

Ativos	Política de Investimento		Alocação 31.12.2023	Controlo
	Limite Mínimo	Limite Máximo		
Obrigações	50.00%	100.00%	93.29%	Cumpre
Ações	0.00%	20.00%	0.00%	Cumpre
Alternativos	0.00%	20.00%	0.00%	Cumpre
Liquidez	0.00%	50.00%	6.71%	Cumpre

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Análise de Performance

No quadro seguinte apresentam-se as rendibilidades históricas anualizadas do Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia com a indicação dos níveis de risco do fundo de pensões no período e as rendibilidades do *benchmark*:

Período	Rentabilidade	Risco	Rentabilidade Benchmark
Nos últimos 5 anos	0.40%	1	0.42%
Nos últimos 3 anos	0.66%	1	0.96%
Nos últimos 12 meses	2.36%	1	3.45%

As rentabilidades apresentadas são anualizadas e brutas de comissões de gestão; representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor do investimento pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco, que varia entre 1 (risco baixo) e 7 (risco elevado).

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Observações

- O cálculo das medidas de rentabilidade tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Rentabilidade efetiva} = (UP_f / UP_i) - 1$$

Em que, UP_f = Valor da unidade de participação no final do período de referência

UP_i = Valor da unidade de participação no início do período de referência

$$\text{Rentabilidade anualizada} = (1 + \text{rentabilidade efetiva})^{365/n} - 1$$

Em que, n = número de dias do período de referência da rentabilidade efetiva utilizada

- O cálculo das medidas de risco tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Volatilidade} = \sigma_f = \sqrt{\frac{m}{T-1} \sum_{t=1}^T (r_t - \bar{r})^2}$$

Em que, r_t = rentabilidade efetiva semanal no período t

T = n.º de semanas no período de referência, coincidente com o período utilizado para o cálculo da rentabilidade

\bar{r} = média aritmética simples das rentabilidades efetivas semanais, para o período de referência.

- A classificação do risco tem por base as seguintes fórmulas:

Classe de Risco	Intervalo da Volatilidade	
	Maior ou Igual a	Menor que
1	0.0%	0.5%
2	0.5%	2.0%
3	2.0%	5.0%
4	5.0%	10.0%
5	10.0%	15.0%
6	15.0%	25.0%
7	25.0%	

Baixo Risco			Elevado Risco			
Remuneração potencialmente mais baixa			Remuneração potencialmente mais elevada			
1	2	3	4	5	6	7



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Comentário aos Resultados

O ano de 2023 foi positivo para a generalidade das classes de ativos. Do lado dos ativos de risco assistimos a uma subida dos principais índices acionistas, suportada pela perspetiva do início de corte de taxas de juro por parte dos diferentes bancos centrais e pela correção consistente nos valores da inflação. Este movimento foi conseguido principalmente no último trimestre do ano.

Do lado dos ativos de taxa fixa, a tendência foi de queda de *yields* ao longo do quarto trimestre, contrariando o movimento dos trimestres anteriores. Esta correção das *yields* foi registada nos diferentes prazos da curva de rendimentos, o que resultou num desempenho positivo desta classe de ativos no último trimestre do ano.

O desempenho do fundo foi positivo em 2.36% no ano, refletindo o posicionamento tático adotado, nomeadamente a maior exposição à parte curta da curva.

A classe de obrigações de taxa fixa encerrou o ano com um contributo de 0.56% (1.22% no último trimestre). Nas obrigações de taxa variável, a classe saiu uma vez mais beneficiada pela compressão de prémios de risco. Esta componente teve um contributo para a performance no ano de 0.66%.

A performance da componente de liquidez foi de 1.14%, beneficiando das elevadas taxas de juro de curto prazo.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Riscos Materiais

De acordo com a composição da carteira do Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia, em 31.12.2023, os riscos materiais associados eram:

Risco de Mercado				Risco de Crédito	Risco Imobiliário		Invest. Alternativos
Acções	Obrigações	Câmbio					
Acções	Taxa de juro	Taxa de câmbio	Cobertura Total				
	x			x			

Comparativamente com o ano anterior, não se registou qualquer alteração no tipo de riscos a que o fundo de pensões se encontra exposto.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Riscos Materiais

Riscos

Risco de Mercado – Incerteza quanto a rentabilidade futura de instrumentos financeiros ou possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de alterações dos preços de mercado dos ativos

- Ações – Perdas decorrentes de alterações de preços de ações
- Taxa de Juro – Perdas decorrentes de alterações de taxas de juro
- Câmbio – Perdas decorrentes de alterações de taxas de câmbio
- Risco de Crédito – Ocorrência de perdas resultante da possibilidade de a contraparte num determinado contrato entrar em incumprimento.

COBERTURA DAS RESPONSABILIDADES

RELATO FINANCEIRO

O nível de cobertura das responsabilidades por serviços passados, em 31.12.2023, encontra-se descrito no quadro seguinte:

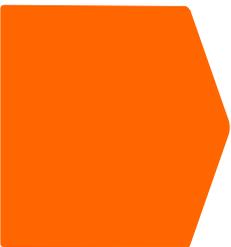
(valores em euros)

Número da Adesão	Valor da quota-parte do fundo	Cenário de financiamento		Cenário mínimo de solvência	
		Responsabilidades passadas	Nível de cobertura	Responsabilidades passadas	Nível de cobertura
49	1 222 724	519 269	235%	255 275	479%

Lisboa, 22 de maio de 2024

A BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.

Isabel Castelo Branco Isabel Ferreira



Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

(valores em euro)

Demonstração da Posição Financeira	Notas	31-12-2023	31-12-2022
ATIVO			
Investimentos			
Títulos de dívida pública	5	66 606 352	50 148 028
Outros títulos de dívida	5	4 878 819	19 081 217
Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI	6	5 355 706	1 208 940
Depósitos à Ordem		5 355 706	1 208 940
Outros Ativos			
Acréscimos e Diferimentos	7	313 902	288 615
Juros a Receber		313 902	288 615
Total Ativo		77 154 779	70 726 800
PASSIVO			
Credores			
Entidade Gestora	8	195 280	20 433
Estado e outros entes públicos		182 842	9 539
Outras Entidades		2 408	1 699
		10 029	9 194
Total Passivo		195 280	20 433
Valor do Fundo		76 959 499	70 706 367
Valor da Unidade de Participação		12.23939	11.95764

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(valores em euro)

Demonstração de Resultados	Notas	31-12-2023	31-12-2022
Contribuições	9	10 744 913	9 985 198
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	10	(5 568 520)	(6 990 436)
Ganhos líquidos dos investimentos	11	733 998	(917 503)
Rendimentos líquidos dos investimentos	12	1 064 135	808 165
Outros Rendimentos e Ganhos		1	148 237
Outras Despesas	13	(721 397)	(671 717)
Resultado Líquido		6 253 132	2 361 944

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(valores em euro)

Demonstração de Fluxos de Caixa	Notas	31-12-2023	31-12-2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Contribuições	9		
Contribuições dos associados		4 395 765	5 716 145
Transferências		6 349 150	4 269 053
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	10		
Pensões pagas		(18 856)	(12 863)
Capitais vencidos (remições/vencimentos)		(2 020 231)	(2 360 053)
Transferências		(3 528 724)	(4 621 826)
Remunerações	13		
Remunerações de gestão		(506 070)	(536 987)
Remunerações de depósito e guarda de títulos		(38 685)	(36 109)
Outras despesas	13		
		(413)	(14 877)
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais		4 631 936	2 402 484
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos			
Alienação / reembolso dos investimentos		48 247 800	68 977 454
Rendimentos dos investimentos		1 038 848	940 931
Pagamentos			
Aquisições de investimentos		(49 769 728)	(77 980 253)
Comissão de transação e mediação		(2 091)	(105)
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento		(485 171)	(8 061 974)
Variações de caixa e seus equivalentes		4 146 766	(5 659 490)
Efeitos de alterações da taxa de câmbio		-	-
Caixa no início do período de reporte		1 208 940	6 868 430
Caixa no fim do período de reporte		5 355 706	1 208 940

O Contabilista Certificado



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação do Fundo

O Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia ("Fundo") iniciou a sua atividade a 30 de setembro de 2005. Financia planos de pensões de contribuição definida (Plano CD) e de benefício definido (Plano BD). O Fundo tem 71 planos de pensões financiados por adesões coletivas (69 de contribuição definida e 2 de benefício definido).

A última alteração ao regulamento de gestão data de abril de 2023, sendo a sua Entidade gestora a BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A. ("Entidade Gestora" ou "BPI Vida e Pensões). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco BPI, S.A. ("Banco BPI").

2. Alterações ocorridas no plano de pensões

Durante o exercício de 2023 ocorreram as seguintes alterações:

- Associada da adesão nº 5 – Novo modelo de comissionamento e alteração do plano de pensões;
- Associada da adesão nº 24 – Transferência de adesão;
- Associada da adesão nº 40 – Novo modelo de comissionamento, RJFP/RGDP e branqueamento de capitais;
- Associada da adesão nº 52 – Novo modelo de comissionamento;
- Associada da adesão nº 60 – Novo modelo de comissionamento, RJFP/RGDP e branqueamento de capitais;
- Associada da adesão nº 74 – Novo modelo de comissionamento, RJFP/RGDP e branqueamento de capitais;
- Associada da adesão nº 85 – Nova adesão;
- Associada da adesão nº 86 – Nova Adesão.

3. Natureza e impacto de alterações dos ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo

Durante os exercícios de 2023 e 2022, não ocorreram alterações relevantes de ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo.

4. Bases de Mensuração e Principais Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Fundo, adotando os princípios gerais estabelecidos na IAS 1 e o estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) na Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

4.1. Especialização de exercícios

Na sua generalidade, os rendimentos e gastos são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

4.2. Investimentos mobiliários

As aquisições e alienações de investimentos mobiliários, são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição e alienação, respetivamente.

A avaliação dos ativos mobiliários respeita as disposições previstas na Norma Regulamentar n.º 9/2007 R, de 28 de junho, emitida pela ASF, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos ativos:

- Os ativos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados tendo por base o respetivo preço de mercado, correspondente (i) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado financeiro em que se encontrem admitidos à negociação ou (ii) à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez, caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentado. Caso estes ativos não tenham sido transacionados por um período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se tenham alterado desde a última transação efetuada, são equiparados a ativos não admitidos à cotação, sendo avaliados como se descreve de seguida;
- Os ativos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades: (i) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas; (ii) metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de ativos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo setor económico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado; e, (iii) modelos de avaliação

universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise e metodologia dos fluxos de caixa descontados;

- Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base na cotação que, no entender da Sociedade Gestora, melhor reflete o seu presumível valor de realização. Essa cotação foi recolhida em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o Financial Times Interactive Data, o ISMA – International Securities Market Association, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de market makers da escolha da Sociedade Gestora.
- Os investimentos mobiliários com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais existe intenção e capacidade de manter até à maturidade, são reconhecidos ao custo amortizado. Estes ativos são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, sendo o juro calculado através da taxa de juro efetiva. Eventuais perdas por imparidade destes ativos são reconhecidas na demonstração de resultados quando identificadas.

As mais e menos-valias potenciais resultantes da avaliação de aplicações são refletidas na demonstração de resultados, correspondendo à evolução do valor dos títulos durante o exercício ou após a data de aquisição, no caso de títulos adquiridos no ano. O valor de balanço dos títulos que transita para o exercício seguinte corresponde ao custo de aquisição, corrigido pelas mais e menos-valias potenciais, geradas após a sua aquisição.

As mais e menos-valias realizadas resultantes da alienação/reembolso de aplicações são determinadas face ao valor de balanço dos títulos no início do ano ou face ao custo de aquisição, no caso de terem sido adquiridos durante o exercício.

4.3. Operações com contratos de "Futuros"

As posições abertas em contratos de futuros, realizadas em mercados organizados, são refletidas em rubricas extrapatrimoniais. Estas operações são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos realizados ou potenciais reconhecidos como proveito ou custo na rubrica "Ganhos líquidos dos investimentos" da demonstração de resultados.

4.4. Comissões

As diversas comissões suportadas pelo fundo, acordadas no contrato de gestão, são contabilizadas na rubrica "Outras despesas" da demonstração de resultados, no período em que ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento. Destacam-se como principais comissões:

- **Comissão de gestão:** corresponde à remuneração da Sociedade Gestora, pela atividade de gestão do património do Fundo.
- **Comissão de depósito:** remuneração do banco depositário pelo exercício das funções de depositário dos investimentos mobiliários e de outros documentos representativos dos ativos que integram a carteira de investimentos do Fundo.

4.5. Pensões, capitais, prémios únicos vencidos e contribuições

O pagamento de pensões, capitais, prémios únicos vencidos, bem como as contribuições para o Fundo efetuadas pelo Associado, são registados como gastos e rendimentos quando pagas e recebidas, respetivamente, concorrendo para a formação do resultado do exercício.

4.6. Operações em moeda estrangeira

As transações em outras divisas que não o Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças líquidas originadas pela atualização cambial são refletidas na rubrica "Ganhos líquidos dos investimentos" na demonstração de resultados.

4.7. Impostos

De acordo com as disposições previstas no artigo 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais ("EBF"), os fundos de pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional, estão isentos de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") e de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis ("IMT").

A isenção de IRC não abrange os dividendos de ações portuguesas que não tenham permanecido em carteira por um período superior a 1 ano. Por outro lado, os fundos de pensões são ainda eventualmente sujeitos a tributação no estrangeiro, relativamente aos rendimentos aí obtidos.

5. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2023, a carteira do Fundo é composta por títulos de dívida pública e outros títulos de dívida, conforme se detalha abaixo, num total de 71 485 171 euros, o que representa um aumento de 3% face ao existente no balanço a 31 de dezembro de 2022.

Na tabela abaixo apresentam-se também os juros corridos no valor de 313 902 euros referentes aos títulos de dívida detidos pelo Fundo, especializados na rubrica "Acréscimos e diferimentos".

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Custo de Aquisição	Mais/Menos Valias Contabilísticas	Mais/Menos Valias Cambiais	Juro Corrido	Total
Títulos de dívida pública					
BONOS Y OBLIG DEL EST-2.75%-31.10.2024	4 703 688	22 420	-	21 771	4 726 108
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-0%-31.01.2025	8 420 961	190 145	-	-	8 611 106
BUNDESREPUB. DEUTSCHLA-CZ-21-02-2024	1 754 034	36 876	-	-	1 790 910
GERMAN TREASURY BILL -CZ-15.05.2024	1 938 046	34 834	-	-	1 972 880
SPAIN LETRAS DEL TESORO-CZ-08.09.2024	4 824 625	68 075	-	-	4 892 700
SPAIN LETRAS DEL TESORO-CZ-10-05-2024	20 343 049	384 791	-	-	20 727 840
SPAIN LETRAS DEL TESORO-CZ-12-01-2024	7 785 325	207 235	-	-	7 992 560
HTM - OT-5.65%-15.02.2024	2 641 943	(126 405)	-	123 449	2 515 538
HTM - OTRV JULHO 2025	5 409 715	(47 383)	-	117 133	5 362 332
HTM - METRO LISBOA-4.061%-04.12.2026	3 351 867	(93 109)	-	8 987	3 258 758
HTM - REFER-EP REDE FERR NAC-4.047% 16.11.2026	3 349 138	(93 518)	-	14 927	3 255 621
HTM - REGIAO AUTONOMA ACORES-0.603%-21.07.2026	1 500 000	-	-	4 028	1 500 000
Total Títulos de dívida pública	66 022 391	583 961	-	290 295	66 606 352
Outros títulos de dívida					
E.ON SE-0.875%-08.01.2025	1 139 520	29 568	-	10 270	1 169 088
HTM - GOLDMAN SACHS GROUP INC-TV-19.03.2026	2 519 517	(8 811)	-	4 100	2 510 706
HTM - GRUPO PESTANA -2.5%-23.09.2025	697 819	796	-	4 638	698 615
VATTENFALL AB-TV-18-04-2024	500 570	(160)	-	4 599	500 410
Total Outros títulos de dívida	4 857 426	21 393	-	23 607	4 878 819
Total	70 879 816	605 354	-	313 902	71 485 171

Riscos associados à carteira de investimentos

Exposição e Origem do Risco

- Risco de mercado: é decorrente das oscilações nos preços dos títulos que compõem a carteira de cada fundo.
- Risco de taxa de juro: risco de movimentos adversos (subida) nos vários prazos das taxas de juro, com impacto no preço das obrigações de taxa fixa.
- Risco de crédito: corresponde à possibilidade de um emitente de determinado título não ter capacidade financeira suficiente para fazer face às suas responsabilidades.
- Risco cambial: resulta da detenção de ativos em moeda estrangeira e da variação das taxas de câmbio destas moedas.
- Risco de liquidez: consiste na eventual dificuldade na realização dos ativos que compõem a carteira de investimentos.
- Risco operacional: resulta da falha (ou deficiências) de processos internos, recursos humanos, sistemas, fraude ou outros que possam afetar o normal funcionamento da atividade da Sociedade Gestora.

Políticas e Procedimentos de Gestão de Risco

O Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia considera a gestão do risco uma das disciplinas fundamentais no seu modelo de funcionamento. Para isso dispõe de uma equipa dedicada ao controlo do Risco, a qual utiliza diversas ferramentas para medir e quantificar a exposição aos riscos.

Privilegia-se a identificação e monitorização dos diferentes fatores de risco e a partilha de informação sobre o risco das carteiras com gestores e órgãos da administração.

No que diz respeito ao Risco de Mercado, utiliza-se o Value-at-Risk ("VaR") para determinar a estimativa de perda máxima esperada para uma carteira, num determinado horizonte temporal, com um determinado nível de confiança. O Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia dispõe de uma solução analítica partilhada entre os gestores e a equipa responsável pela monitorização de risco, que implementa uma análise baseada em modelos de fatores.

A exposição ex-ante das carteiras aos principais fatores de risco (e.g. mercado, indústria, país, moeda, taxa de juro, risco de crédito), em termos de volatilidade absoluta ou relativamente a um benchmark, passou assim a ser aferida em cada momento através do software "PORT". Este sistema avalia a contribuição de cada fator para o risco total da carteira de investimentos.

O Risco de Crédito é também capturado pelo modelo de fatores da Bloomberg, que engloba fatores destinados a captar esta dimensão do risco.

Com o objetivo de mitigar o Risco de Liquidez, cada gestor mantém excedentes de liquidez suficientes, para fazer face às responsabilidades financeiras a cargo do Fundo. Os instrumentos de leitura desta dimensão do risco, são ainda reforçados com a elaboração periódica de mapas informativos que permitem acompanhar a evolução da liquidez.

No âmbito do Risco Operacional, é aferido o impacto dos riscos associados a cada atividade, analisando as ocorrências e compreendendo o tipo de falhas e a quantificação dos custos associados.

Por último, e tendo em consideração a monitorização dos limites legais e das políticas de investimento, os alertas de incumprimento são enviados aos gestores sempre que as carteiras de investimento são encerradas. Estão ainda definidos limites de exposição por Contraparte, relativos às operações por liquidar.

Análise de sensibilidade

Conforme acima referido, uma medida que agrega os principais riscos de mercado e utilizada pelo Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia é o Value-at-Risk. Para o cálculo deste indicador, são utilizadas as volatilidades e correlações apuradas historicamente para os diferentes títulos, baseadas nos preços dos últimos 365 dias.

Em 31 de dezembro de 2023, o Value-at-Risk com um nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 mês pode ser detalhado com o contributo das seguintes classes de ativos:

VaR / Carteira (%)	VaR (EUR)	Contributo Ações (%)	Contributo Taxa de Juro (%)	Contributo Moeda (%)
0,73	561 690	-	0,73	-

6. Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica referia-se a depósitos à ordem domiciliados no Banco BPI, com o seguinte detalhe:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Depósitos à Ordem - EUR	5 355 706	1 208 940
Total	5 355 706	1 208 940

7. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica respeita a Acréscimos e Diferimentos, onde estão registados os juros a receber dos títulos de dívida pública e outros títulos de dívida.

(valores em euro)

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Juros a receber (Nota 5)	313 902	288 615
Acréscimos e Diferimentos	313 902	288 615
Total	313 902	288 615

8. Passivo

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica respeita, essencialmente, a valores a regularizar de impostos e à entidade gestora e valores a regularizar referentes a comissões.

(valores em euro)

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Entidade Gestora	(182 842)	(9 539)
Estado e outros entes públicos	(2 408)	(1 699)
Outras Entidades	(10 030)	(9 194)
Credores	(195 280)	(20 433)
Total	(195 280)	(20 433)

9. Contribuições

Durante o exercício de 2023, as contribuições efetuadas foram superiores ao estimado, conforme se apresenta na tabela abaixo:

(valores em euro)

Contribuições 2023		Diferença
Estimado (1)	Efetivo (2)	(2) - (1)
4 094 061	4 395 764	301 703

Durante os exercícios de 2023 e 2022, os associados efetuaram as seguintes contribuições:

(valores em euro)

Contribuições 2023				Contribuições
Associados	Participantes	Transferências	Total	2022
4 395 764	-	6 349 150	10 744 913	9 985 198

10. Pensões, capitais e prémios únicos vencidos

Durante os exercícios de 2023 e 2022, os benefícios pagos têm a seguinte composição:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Pensões de velhice	9 248	4 312
Pensões de invalidez	6 328	5 272
Pensões de viuvez	3 279	3 279
Pensões	18 856	12 863
Transferências	3 528 724	4 621 826
Remições	1 865 826	2 143 138
Reembolso Capital IRS	155 114	212 609
Outros	5 549 664	6 977 573
Total	5 568 520	6 990 436

11. Ganhos líquidos dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas rubricas têm a seguinte composição:

(valores em euro)

Ganhos Líquidos	2023						2022
	Instrumentos de capital	Títulos de dívida pública	Outros títulos de dívida	Numerário	Outras aplicações	Total	
Mais Valias	-	1 198 596	56 192	0	-	1 254 788	30 897
Menos Valias	-	(511 525)	(9 265)	(0)	-	(520 790)	(948 401)
Total	-	687 071	46 927	-	-	733 998	(917 503)

Face ao exercício de 2022, verificou-se um aumento significativo nas mais valias e uma diminuição nas menos valias na valorização dos ativos que compõem a carteira de investimentos.

12. Rendimentos líquidos dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas rubricas têm a seguinte composição:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Outros títulos de dívida	519 665	414 029
Títulos de dívida pública	544 471	394 150
Numerário	(2)	(14)
Total	1 064 135	808 165

13. Outras despesas

Nos termos do Regulamento de Gestão do Fundo, é da sua responsabilidade efetuar os pagamentos de comissões à Entidade Gestora e ao Banco Depositário.

O detalhe das comissões e outras despesas contabilizadas durante os exercícios de 2023 e 2022 é apresentado na tabela em baixo:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Comissões de Gestão Financeira	647 009	590 804
Comissão de Depósito	39 521	36 457
Comissões	686 530	627 261
Outras Despesas	7 423	19 340
Imposto selo s/ comissões	26 068	23 804
Taxa para I.S.P.	1 376	1 312
Impostos e Taxas	34 867	44 457
Total	721 397	671 717

As comissões suportadas durante o exercício foram calculadas conforme segue:

Tipo comissão	Tipo Plano	Descrição do método de cálculo
Administrativa	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de participantes.
Administrativa	Plano BD	A comissão é um valor fixo, atualizado anualmente pelo IPC médio registado no ano anterior.
Financeira	Todos	A comissão é definida em % e aplicada trimestralmente ao valor do Fundo sob gestão.
Financeira Incentivo	Todos	A comissão é definida em %, em função da rentabilidade obtida pelo fundo face ao benchmark definido, e aplicada ao valor do Fundo sob gestão.
Atuarial	Plano BD	A comissão atuarial é um valor fixo, atualizado anualmente pelo IPC médio registado no ano anterior.
Pagamento Benefícios	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de processos tratados.
Pagamento Benefícios	Plano BD	A comissão é calculada em função do número de pensionistas.

A BPI Vida e Pensões cobra uma comissão de gestão financeira trimestral descrita nos contratos de adesão que terá o valor máximo de 0,5% (2% ao ano) sobre o valor líquido global do Fundo, apurado com referência ao último dia de cada trimestre civil. A remuneração do Banco pelo serviço de depositário consiste na aplicação da comissão trimestral de 0,0125% (0,05% ao ano) sobre o valor líquido global do Fundo, apurado com referência ao último dia de cada trimestre civil, deduzido dos valores monetários depositados em contas bancárias, independentemente da instituição de crédito nas quais essa contas bancárias se encontrem abertas.

A rubrica de Outras Despesas é composta maioritariamente pelas cargas de Gestão Administrativa que ascende a 4 702€.

Os honorários de auditoria da PwC afetos ao exercício de 2023 totalizam o montante de 4 305€, incluindo os serviços distintos de auditoria em 1 230€.

14. Transações que envolvam o fundo de pensões e o associado ou empresas com este relacionadas

Não existem transações que envolvam o fundo de pensões e o associado ou empresas com este relacionadas.

15. Ativos e passivos contingentes

Não existem ativos e passivos contingentes.

16. Garantias por parte da entidade gestora

Não existem garantias por parte da entidade gestora.

17. Eventos Subsequentes

À data de emissão das contas de 2023, não são conhecidos eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2023.





Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia (o Fundo), gerido pela BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A. (a Entidade Gestora), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 77.154.779 euros e um valor do Fundo de 76.959.499 euros, incluindo um resultado líquido de 6.253.132 euros), a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o relato financeiro dos fundos de pensões estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Justo valor de instrumentos financeirosMensuração e divulgações relacionadas com o justo valor de instrumentos financeiros apresentadas nas notas anexas 4 e 5 das demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, apresentados na demonstração da posição financeira nas linhas de títulos de dívida pública e outros títulos de dívida, no montante de 71.485.171 euros, representam 93% do total do ativo do Fundo em 31 de dezembro de 2023 e constituem uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão no ativo do Fundo, mas também por a sua valorização requerer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da Entidade Gestora.

A valorização dos instrumentos financeiros envolve julgamento na determinação do seu justo valor, nomeadamente quanto à seleção dos preços/cotações divulgados através de plataformas de negociação, considerando ainda a liquidez e a qualidade dos preços.

Neste contexto, alterações nos pressupostos utilizados nas técnicas de mensuração utilizadas pela Entidade Gestora podem originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:

- A identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave relativamente à mensuração dos instrumentos financeiros;
- A verificação dos preços/cotações provenientes de fontes externas para os instrumentos financeiros detidos pelo Fundo, selecionadas em conformidade com os critérios definidos nas políticas e manuais internos; e
- A análise da reconciliação do inventário de instrumentos financeiros com os registos contabilísticos.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o justo valor e respetivas técnicas de valorização dos instrumentos financeiros constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração as normas contabilísticas em vigor.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização da Entidade Gestora pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o relato financeiro dos fundos de pensões estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 11.º da Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Fundo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez para o exercício de 2023, através da aceitação pela Entidade Gestora da proposta de prestação de serviços profissionais datada de 8 de fevereiro de 2024;
- b) O órgão de gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o

ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;

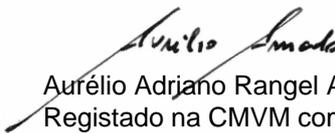
c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora nesta mesma data;

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo durante a realização da auditoria; e

e) Informamos que, para além da auditoria, prestámos ao Fundo os serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor, com vista à emissão do relatório independente de garantia limitada de fiabilidade sobre os elementos de reporte prudencial relativos a 31 de dezembro de 2023, incluindo informação financeira e estatística, em cumprimento dos requisitos previstos na Norma Regulamentar n.º 4/2023-R, de 11 de julho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

22 de maio de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


Aurélio Adriano Rangel Amado, ROC n.º 1074
Registado na CMVM com o n.º 20160686